



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Brasil Seguradora S.A., denominada anteriormente Sulamerica Seguros de Automóveis e Massificados S.A relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia
Por definição, Economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida. A avaliação deste conceito e seus impactos durante o ano de 2020 pode ser classificada como complexa. A paralisia mundial decretada pelo novo Coronavírus trouxe gigantesca incerteza sobre questões de oferta e demanda, tendo em vista a estagnação da produção e a quase ausência de consumo, em função da retirada das pessoas das ruas e trabalhos. Foi necessária a criação de programas que permitissem a manutenção dos empregos, aberturas de linhas de créditos e ações que possibilitassem minimizar os impactos econômicos locais. Com efeito, a agenda de reformas foi praticamente paralisada pelo Congresso Nacional e pouco se avançou nos principais temas para o país. Para 2021, o mercado prevê crescimento de 3,49% do PIB. A meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central em 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Comentários de desempenho
Prêmios emitidos líquidos - Ao final do exercício a Seguradora registrou R\$ 3,1 bilhões em prêmios emitidos líquidos, resultado obtido através das ações implementadas pela Administração para o fortalecimento da marca Allianz no país.

Sinistros ocorridos - As despesas com sinistros totalizaram R\$ 1,9 bilhão e refletiram os impactos decorrentes do novo Coronavírus.

Despesas Administrativas - Os custos administrativos atingiram R\$ 390 mil, impactados pelas rubricas despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Resultado do período - Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora registrou lucro de R\$ 58 milhões, impactado substancialmente pelas adequações de políticas contábeis ao seu controlador, contabilizadas diretamente contra o resultado do período. Os efeitos destas adequações, líquidos dos efeitos tributários, totalizaram R\$ 127 milhões

Balancos Patrimoniais
O ativo total da Seguradora atingiu R\$ 4.2 bilhões. Ao final do exercício, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1,2 bilhões. As provisões técnicas de seguros totalizaram R\$ 2,7 bilhões.

Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado. Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. Ao final do exercício, não foi proposta distribuição de dividendos pelo Conselho de Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Notas 31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Circulante	2.173.483	21.055
Disponível	14.792	79
Caixa e bancos	14.792	79
Aplicações	5.1	20.952
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.105.508	-
Prêmios a receber	6	1.096.259
Operações com seguradoras	6.2	2.958
Operações com resseguradoras	6.3	6.291
Outros créditos operacionais	855	-
Ativos de resseguro e retrocessão	13.2	2.222
Títulos e créditos a receber	125.210	24
Títulos e créditos a receber	7	45.892
Créditos tributários e previdenciários	18.1	78.658
Outros créditos	-	660
Outros valores e bens	7	60.308
Bens a venda	-	60.308
Despesas antecipadas	-	5.310
Custos de aquisições diferidos	8	330.993
Seguros	-	330.993
Ativo não circulante	-	2.045.041
Realizável a longo prazo	-	1.997.759
Aplicações	5.1	1.881.762
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	8
Prêmios a receber	6.3	2
Operações com resseguradoras	6.3	6
Ativos de resseguro e retrocessão	13.2	1.668
Títulos e créditos a receber	-	106.562
Títulos e créditos a receber	7	878
Créditos tributários e previdenciários	18.1	55.964
Depósitos judiciais e fiscais	14	49.720
Outros valores e bens	7	6.582
Custos de aquisição diferidos	8	1.177
Seguros	-	1.177
Imobilizado	9.1	4.517
Bens móveis	-	1.632
Outras imobilizações	-	2.885
Intangível	9.2	42.765
Outros intangíveis	-	42.765
Total do ativo	4.218.524	21.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento/(Redução) de capital em aprovação	Reservas de lucros	Avaliação de patrimônio	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019	2	(1)	-	-	-	1
Integralização do Capital Social em 04/01/2019	-	1	-	-	-	1
Aumento de capital em dinheiro, conforme AGE do dia 11/11/2019 no montante de R\$20.950.000 à razão de R\$1,00 (em reais) por ação	-	20.950	-	-	-	20.950
Resultado do exercício	-	-	61	-	(61)	82
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	(21)	(21)
Dividendos adicionais - R\$0,0029 (em reais) por ação	-	-	61	-	(61)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - R\$0,0010 (em reais) por ação	-	-	-	-	(21)	(21)
Saldos em 31/12/2019	2	20.950	61	-	-	21.013
Saldos em 01/01/2020	2	20.950	61	-	-	21.013
Homologação do aumento de Capital no montante de R\$20.950 na SUSEP em 10 de janeiro de 2020	20.950	(20.950)	-	-	-	-
Aumento de Capital no montante de R\$230.000 em dinheiro, conforme ata do dia 26/03/2020, à razão de R\$1,0047 por ação	230.000	-	-	-	-	230.000
Aumento de Capital no montante de R\$456.866 referente a incorporação da parcela cindida, conforme ata do dia 31/03/2020	456.866	-	-	-	-	456.866
Pagamento de dividendos adicionais propostos em 31/03/2020	-	-	(61)	-	-	(61)
Aumento de Capital no montante de R\$445.702 em dinheiro pelo acionista na data de 13/07/2020 conforme AGE, o mesmo encontra-se em homologação pela SUSEP	-	445.702	-	-	-	445.702
Homologação do Aumento de Capital no montante de R\$445.702 em dinheiro pelo acionista na data de 13/07/2020 conforme AGE, o qual foi homologado pela portaria 663 de 11/12/2020	445.702	(445.702)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.492	-	3.492
Resultado do exercício	-	-	-	-	58.672	58.672
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	2.934	-	(2.934)	-
Reserva estatutária	-	-	41.803	-	(41.803)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	14.934	-	(14.934)	-
Total	1.153.520	-	58.672	3.492	-	1.215.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A (anteriormente denominada Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A), "Seguradora" ou "AZBR", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10/07/2019, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida República do Chile, nº 330, 24º ao 28º andar, Centro, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") com seguros de danos (automóveis, massificados e outros ramos elementares) e de pessoas e que tem como acionista principal a ALLIANZ SEGUROS S.A., que detém 99,99% de participação direta e da ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. com 0,01% de participação direta, e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Em linha com a estratégia de expansão das operações no Brasil, o Grupo Allianz, através da sua subsidiária Allianz Seguros S.A, adquiriu, em 10 de julho de 2020, 100% das carteiras de seguros de automóveis e massificados de propriedade da Sul América Auto e Massificados - (SASAM), cuja razão social, aprovada pela Susep, passa a se chamar Allianz Brasil Seguradora S.A.

Allianz Seguros: liderança, excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços

A Allianz Seguros (Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Desde 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 100 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 148 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, mantendo posição de liderança entre as seguradoras no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2020, foi novamente nomeada a marca de seguros número 1 do mundo no Ranking da Interbrand, sendo a 3ª no ranking geral. Para cumprir seu propósito "We Secure Your Future", que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos de Superar, Transformar e Reequilibrar. No Brasil há 116 anos, atualmente a Allianz ocupa uma posição de liderança no mercado brasileiro, estando entre as três primeiras seguradoras do país em Ramos Elementares. Com foco no cliente, a companhia tem adotado uma série de iniciativas para que o segurado tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a companhia passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessorias e parceiros de negócios. Nos últimos anos, a Seguradora deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competitividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes. Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a seguradora quanto para os corretores, assessorias e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento, possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas e no atendimento e consultoria de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

Constituição da Allianz Brasil Seguradora

Com um aporte de R\$ 3,2 bilhões, uma das maiores transações do mercado brasileiro, tanto pelo valor quanto pela complexidade do negócio -, a Allianz Seguros concluiu a aquisição das operações de Auto e Massificados da SulAmérica, em julho de 2020, pouco mais de dez meses após o anúncio da compra. Para que essa operação pudesse ser concretizada, desde a assinatura da aprovação de aquisição, em agosto de 2019, o processo seguiu com as aprovações dos órgãos reguladores CADE, cuja autorização para venda da operação de automóveis e ramos elementares foi anunciada em 23 de outubro de 2019 - e SUSEP que, em 30 de outubro do mesmo ano, previamente autorizou a reorganização societária estruturada para alienação da carteira de automóveis e outros ramos elementares. Outras duas etapas importantes para conclusão da transação foram realizadas. A primeira delas foi a separação dos

negócios relativos aos ramos de automóvel e ramos elementares adquiridos da SulAmérica, em uma nova companhia, a SulAmérica Auto e Massificados, após publicação de portaria da SUSEP no mês de janeiro de 2020. Na sequência, em 31 de março, com a aprovação da cisão, o que contemplou a segregação sistêmica dos dados, a SulAmérica Auto e Massificados passou a atuar com total autonomia, o que permitiu à Allianz Seguros entrar com o pedido de aquisição da nova companhia. Com isso, após a aprovação prévia da SUSEP para a transferência do controle societário da SulAmérica Auto e Massificados para a Allianz Seguros, concedida em julho de 2020, e o cumprimento das condições estabelecidas no acordo de aquisição, a Allianz pode concluir a compra. Solicitada em 2020, a alteração da denominação social de SulAmérica Auto e Massificados para Allianz Brasil Seguradora S.A foi aprovada e publicada no diário oficial no dia 21 de janeiro de 2021.

Incorporação ao Grupo Allianz

A Allianz Brasil Seguradora foi incorporada ao Grupo Allianz em 1º de julho de 2020 (data retroativa a 10 de julho), e contribuiu para que a seguradora atingisse altos níveis de produtividade em todo Brasil, com participação ativa na venda de seguros nos ramos automóvel, residencial, empresarial, condomínio e habitacional. A incorporação permitiu que a Allianz Seguros elaborasse de tamanho e figurasse entre as três principais seguradoras em ramos elementares do País, passando a ocupar a segunda posição no ramo automóvel e a primeira em condomínio. A combinação das operações expandiu a capilaridade da seguradora e potencializou a oferta com serviços cada vez melhores e negócios mais promissores, tornando-a uma empresa ainda mais atraente para clientes, corretores e talentos. A Allianz Seguros não incorporou somente as linhas de negócios, mas também capital intelectual, sistemas tecnológicos e todos os outros ativos e passivos, herdando, dessa maneira, projetos como o dos centros automotivos C.A.S.A, garantindo ainda mais qualidade na experiência do cliente e agregando valor ao seguro de Automóvel. A transação ainda ampliou a capacidade de distribuição da Allianz no Brasil, com acesso a mais corretores e novos canais, como assessorias e parcerias adicionais com instituições financeiras, contribuindo para aumentar os bons resultados da seguradora.

Toneladas de solidariedade

Tendo como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto nos seus negócios como no campo social, há 25 anos um grupo de funcionários criou a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz. Nesse período, mais de 7.000 crianças e adolescentes da Comunidade Santa Rita (zona Leste de São Paulo) foram atendidos pela ABA, por meio de atividades complementares à educação formal, como artes, esportes e inclusão digital. Devido à pandemia, a seguradora decidiu destinar suas ações de solidariedade às famílias atendidas pela Associação. Entre abril e agosto, foram doadas 920 cestas, que somaram 115 toneladas de alimentos e produtos de higiene e limpeza, beneficiando mais de 5.000 pessoas da Comunidade. As ações ocorreram na sede da entidade, com o objetivo de amenizar os danos da crise causados aos provedores dos lares da região, que são, em grande parte, autônomos, microempreendedores ou pessoas que trabalham no comércio local.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios emitidos	17.1	3.120.624	-
Variações das provisões técnicas de prêmios	-	(3.219)	-
(=) Prêmios ganhos	16.1	3.117.405	-
(-) Sinistros ocorridos	17.2	(1.962.171)	-
(-) Custos de aquisição	17.3	(671.375)	-
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	17.4	(73.243)	-
(+) Resultado com operações de resseguro	17.5	3.086	-
(+) Receita com resseguradoras	-	6.754	-
(-) Despesa com resseguro	-	(3.652)	-
(-) Outros resultados com resseguro	-	(16)	-
(-) Despesas administrativas	17.6	(390.472)	(7)
(-) Despesas com tributos	17.7	(59.290)	-
(+) Resultado financeiro	17.8	98.413	125
(+) Resultado patrimonial	17.9	6.849	-
(=) Resultado operacional	-	69.202	118
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	17.10	(5.947)	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações	-	63.255	118
(-) Imposto de renda	18.2	10.390	(25)
(-) Contribuição social	18.2	6.069	(11)
(-) Participações sobre o resultado	-	(21.042)	-
(=) Resultado do exercício	-	58.672	82
(/) Quantidade de ações	-	1.060.778.409	1.600
(=) Resultado do exercício por ação	-	0,0001	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	58.672	82
Variação no valor justo dos ativos financeiros	-	-
Reconhecidos por ativos próprios	(5.223)	-
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes	2.089	-
Outros ajustes	(358)	-
Total dos Resultados abrangentes	55.180	82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais	58.672	82
Resultado do exercício	58.672	82
Ajustes para:		
Provisão de imposto de renda e contribuição social	76.275	-
Depreciação e amortizações	24.553	-
Variação das provisões técnicas	275.188	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	1.392.197	(20.951)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(119.964)	-
Ativos de resseguro	(623)	-
Créditos fiscais e previdenciários	(97.004)	4
Despesas antecipadas	(1.883)	-
Outros ativos	(9.880)	(12)
Custo de aquisição diferidos	(4.520)	-
Depósitos judiciais e fiscais	12.847	-
Outras contas a pagar	75.600	1
Impostos e contribuições	7.806	20
Débitos de operações com seguros e resseguros	29.802	-
Depósitos de terceiros	(1.486)	-
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(28.150)	-
Varição de débitos diversos	(12.454)	-
Provisões judiciais	3.986	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	1.680.961	(20.856)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80.502)	(16)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	1.600.459	(20.872)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos - baixa	-	-
Imobilizado - baixa	1.927	-
Intangível	7.134	-
Resultado de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	1.283.446	-
Pagamento pela compra:		
Investimentos	-	-
Imobilizado - aquisição	(5.771)	-
Intangíveis	(8.333)	-
Aplicações de títulos disponíveis para venda	(3.543.281)	-
Varição de ajustes de avaliação patrimonial	3.492	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.261.386)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	675.702	20.951
Redução de Capital	-	-
Varição de reservas	(61)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	675.641	20.951
Aumento líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	14.713	79
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.792	79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ativo	31/01/2020
Ativo circulante	2.951.827
Aplicações	1.513.389
Créditos das operações com seguros e resseguros	985.552
Ativos de resseguro e retrocessão	3.267
Títulos e créditos a receber	39.654
Outros valores e bens	67.083
Despesas antecipadas	3.426
Custos de aquisições diferidos	139.456
Ativo não circulante	169.352
Realizável a longo prazo	102.561
Aplicações	8.069
Créditos das operações com seguros e resseguros	32
Ativos de resseguro e retrocessão	1.665
Títulos e créditos a receber	88.384
Outros valores e bens	3.060
Custos de aquisições diferidos	1.351
Imobilizado	1.874
Intangível	64.917
Total	3.121.179
Passivo	31/01/2020
Passivo circulante	2.437.134
Contas a pagar	92.073
Operações com resseguradoras	76.193
Depósitos de terceiros	5.609
Provisões técnicas - seguros	2.252.549
Outros débitos	10.710
Passivo não circulante	227.179
Contas a pagar	121
Provisões técnicas - seguros	210.341
Outros débitos	16.717
Acervo líquido contábil	456.866
Total	3.121.179

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 517/2015, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido e provisões de sinistros o qual inclui correção monetária e juros futuros

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

2.4.1 Estimativas contábeis significativas e julgamentos

A preparação das referidas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações financeiras
- Nota 6.1 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.2 - Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.3 - Operações com resseguradores (redução ao valor recuperável)
- Nota 13 - Provisões técnicas
- Nota 14 - Provisões judiciais
- Nota 18.1 - Créditos tributários e previdenciários

2.4.2 Provisões Técnicas de Sinistros e IBNR Judiciais

Para as Provisões Técnicas de Sinistros e IBNR Judiciais, o Grupo Allianz procede, durante os trabalhos realizados para aquisição do controle acionário da Allianz Brasil Seguradora S.A, avaliações e cálculos preparados por consultores externos, para esta finalidade. Após a conclusão dos trabalhos, identificou-se diferença entre as metodologias, conforme abaixo:

- Allianz Brasil Seguradora S.A. (ex-Sasam) estimava a parcela do sinistro ocorrido e não avisado (IBNyR), conforme descrito em NTA - IBNC Judicial-Auto e utilizava metodologia distinta do seu novo controlador;
- Allianz Brasil Seguradora S.A. (es - Sasam) não estimava a parcela do sinistro ocorrido e não suficientemente avisado (IBNeRM), por entender que a metodologia de triângulo de runoff se mostraram inadequadas para estimar corretamente as provisões de sinistros judiciais, conforme descrito em NTA PSL - Payment Experience. Desta forma, a Seguradora efetuava o provisionamento da PSL considerando o estudo descrito em NTA que é distinto da metodologia aplicada pelo seu novo controlador;
- Em ambas metodologias, IBNyR e PSL, a Allianz Brasil Seguradora S.A. (ex Sasam) desconsiderava o efeito do juros e correção monetária futuros, distinto do aplicado pelo novo controlador, que de forma implícita captura esta parcela através da metodologia de abertura de PSL e IBNR, pois considera nas análises de incorridos e pagos dos montantes de juros e correção monetária.

Ao aplicar os efeitos oriundos do alinhamento de metodologia em suas provisões técnicas judiciais e considerar a forma de gerenciamento dos sinistros pelo seu novo controlador, a Allianz Brasil Seguradora S.A (ex Sasam) adequou suas projeções e apurou seus montantes projetando uma cauda para os sinistros judiciais aderente aos atuais padrões. As análises são segregadas entre administrativo e judicial e os triângulos de run-off são agrupados por ano de ocorrência e desenvolvimento, em períodos trimestrais. Os sinistros com ano de ocorrência anteriores a 2010 são considerados já maduros para efeitos judiciais, ou seja, a Seguradora considera que períodos iguais ou anteriores ao referido exercício já estariam suficientemente desenvolvidos. Os sinistros administrativos a 2018 também foram considerados 100% maduros, por contemplarem as carteiras de automóveis e massificados. Os montantes acima apurados foram classificados como mudanças de estimativa, de acordo com as determinações contidas no CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa , Retificação de Erro e orientação do Órgão Regulador sendo contabilizadas como despesas no resultado do exercício de 2020 , totalizando R\$199.394 . (vide nota explicativa 13.1)

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras individuais

A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Após a data de conclusão da operação de compra, a seguradora harmonizou as suas políticas contábeis àquelas adotadas pelo novo controlador, nos saldos de abertura após a incorporação registrando seus efeitos no resultado do exercício corrente (nota 2.4.2) , e dentro desse montante, o ajuste mais relevante refere-se a provisões técnicas de seguros.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todo o período de 2020 onde a Seguradora passou a integrar o Grupo Allianz.

3.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação a classificação e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo *Losses Occurring During* - LOD o diferimento é feito em 12 meses e para contratos do tipo *Risk Attaching* - RAD o diferimento é feito em 24 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores.

Os prêmios de seguros, de coseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia

antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE) são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

3.2.2 Valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações com seguros e resseguros”, “Outros créditos operacionais” e “Títulos e créditos a receber”.

3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados à variação do CDI, que se aproximam de seu valor justo; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos no data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por aging para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos acima de 180 dias, conforme determina o parágrafo 2º do art. 168 da Circular Susep nº517/2015 e alterações posteriores.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre os créditos com corretores é baseado no *aging* dos créditos com data de liquidação acima de 180 dias, conforme determina o parágrafo 2º do art. 168 da Circular Susep nº517/2015 e alterações posteriores. Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda - salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado, deduzidos dos custos diretamente relacionados à venda.

A parcela dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o reconhecimento do ativo, a seguradora realiza um estudo para melhor avaliar o ativo com base na expectativa de reconhecimento, segregando entre recuperáveis e irrecuperáveis. O saldo ainda é reavaliado mensalmente, de acordo com as movimentações da tabela FIPE, para refletir as desvalorizações reais do ativo, trazendo os montantes a mensuração mais adequada de reconhecimento.

Os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que não houve necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados à venda são efetivamente liquidados.

3.5 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.6 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo ICPC22, não identificamos procedimentos que levem a respectiva autoridade fiscal a não aceitar o tratamento fiscal adotado.

3.8 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes . No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos e (b) Pessoas.

3.8.1 Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “*pró-rata die*”, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes e ativo de resseguro observado (PPNG-RVNE) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

3.8.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNeR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final (administrativos e judiciais).

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia e bases específicas, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a aplicação de um percentual relacionado a classificações da probabilidade de perda entre (possível, provável e remoto) sobre o valor em risco. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. São classificados como outros débitos os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólices ou riscos ocorridos fora da vigência da apólice, com exceção aos riscos vigentes e ainda não emitidos.

Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal alteração registrada. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL

3.8.3 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* e determinado por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos e pagos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados ao menos 40 (quarenta) períodos de desenvolvimento, agrupamentos trimestrais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.8.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

3.8.5 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida das despesas de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETTJ pré-fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial.

De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.

A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (60,6%; 4,1%), Patrimônios (47,3%; 4,3%).

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) foram consideradas adequadas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas aloáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente aos sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

3.9 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

3.10 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em “Obrigações a pagar”. O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de resultados da Seguradora e de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado pela no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, programa de assistência psicológica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginástica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 521/2015, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo Chief Risk Officer (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos, estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor’s (S&P) atribuída ao sistema de Gestão de Riscos Corporativos (ERM framework).

O CRO e sua estrutura assumem o papel de “segunda linha de defesa”, e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 521/2015, a estrutura de gestão de risco é discutida trimestralmente durante o Comitê de Riscos, cuja sessão contém representantes das áreas de Compliance, Segurança da Informação, Auditoria, Atuarial Institucional, Produtos, CFO e CEO. Nesta sessão são abordados os pontos mais relevantes no tocante a saúde da companhia, de modo que estas discussões visam gerenciar as incertezas, buscar oportunidades e aprimorar os processos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente.



A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidência das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CEO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz.

Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO da Região Latam e o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos. Além destes, linhas diretas com o CEO Local e o Comitê de Auditoria, adicionais a linha indireta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias, sejam apurados e deliberados por este Comitê;
- O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Relatórios Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais e nacionais.

- O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual; e
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas, de modo a proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos. Assim, a Allianz Brasil Seguradora garante que estará mais bem posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente quando for necessário.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuimos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimado segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de mercado, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa a ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas desenvolvidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável.

Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudentia relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos brutos de cosseguros cedidos, antes e após as cessões de resseguros cedidos.

Agrupamento	Prêmios de Resseguros		Prêmios Retenção		Resseguros
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	
Automóvel....	2.967.007	-	2.967.007	100%	-
Patrimonial....	144.803	(3.515)	141.288	98%	(2%)
Pessoas.....	2.369	-	2.369	100%	0%
Respostabilidades.....	4.789	-	4.789	100%	0%
Demais	1.656	(252)	1.404	84%	(16%)
Totais	3.120.624	(3.767)	3.116.857	100%	0%

4.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pela Seguradora, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, reduzidas pelo repasse de resseguro. Para os riscos individuais a parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou, na falta deste, do IPC/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 (doze) meses que antecedem os 4 (quatro) meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reequilibrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de persistência e riscos de despesas. Caracterizados desvios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões ou aumento de taxas visando o equilíbrio atuarial.

4.2.3 Análise de sensibilidade de sinistros -

A análise de sensibilidade foi baseada no estresse das premissas atuariais consideradas nas estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. Os impactos dos testes de sensibilidades demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado.

	Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
	31/12/2020	31/12/2020
Bruto de Resseguro	83.211	83.211
Líquido de Resseguro	83.211	83.211

Premissas Atuariais	
Aumento de 5% na sinistralidade	(83.229)
Redução de 5% na sinistralidade	83.211
Aumento de 3% nas despesas administrativas....	(51.162)
Redução de 3% nas despesas administrativas....	51.162
Aumento de 1% na taxa de juros	(21.358)
Redução de 1% na taxa de juros	21.358

4.2.4 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Relaciona-se principalmente os riscos de prêmio e reservas. Atualmente, são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, bem como aplicam-se ferramentas de análise com objetivo-fim de obter-se a otimização dos contratos de resseguro. Também são desenvolvidos acompanhamentos das reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente, tendo em vista metodologias atuariais específicas para tal.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de risco por tipo e localização, além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas utilizando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, analisando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

O quadro abaixo mostra a concentração de RVNE por região e linha de negócios, baseada nos prêmios emitidos, líquidos de RVNE. A exposição aos riscos varia significativamente por região e pode mudar ao longo do tempo.

Prêmio emitido por regiões geográficas (valores líquidos de RVNE)

Linhas de Negócios	31/12/2020					Totais
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Automóvel.....	170.818	374.173	59.238	1.964.771	397.885	2.966.885
Patrimonial.....	7.941	11.277	1.344	83.828	40.715	145.105
Pessoas.....	68	380	19	1.365	535	2.368
Responsabilidades	320	581	71	3.130	923	5.024
Demais	27	53	18	1.452	53	1.602
Totais	179.174	386.464	60.690	2.054.546	440.110	3.120.984

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito consiste no cenário em que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento de coberturas contratadas junto às empresas de resseguro.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê Financeiro é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Risco determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Internamente, avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

Para o risco de crédito associado às empresas de resseguro, o Grupo Allianz possui uma política restritiva de exposição ao risco de crédito de contrapartes, cujas determinações são seguidas precisamente pela Seguradora. Conforme definido no apetite de risco, o painel de resseguradores utilizado pela Seguradora é monitorado pelo Security Vetting Team do Grupo Allianz - área responsável por estipular os limites de exposição a parceiros e contrapartes baseado-se nos respectivos ratings.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber), e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o credit score dos segurados, pessoas físicas e pessoas jurídicas, durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus respectivos ratings. Os ativos informados foram classificados de acordo com o rating local da Standard & Poor's (S&P), Fitch Atlantic ou agências de mesmo porte e natureza, respeitando-se, impreterivelmente, a régua de equivalência entre as notas de crédito de cada agência.

Agência Classificadora	31/12/2020			Totais
	brAAA; brAA+; brAA-	Abaixo de B- / Sem reating)		
S & P / Fitch Atlantic				
Disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa privados ..	182.111	-	182.111	
Títulos de renda fixa públicos..	2.154.190	-	2.154.190	
Valor justo por meio de resultado				
Quotas de fundos de investimentos	73.686	(35)	73.651	
Total aplicações financeiras.	2.409.987	(35)	2.409.952	
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber (*)	-	1.107.163	1.107.163	
Totais	2.409.987	1.107.128	3.517.115	

(*) Exclui o montante de R\$ 10.902 em 31 de dezembro de 2020, referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de rating de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 321/2015. As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Grau	Classes de Resseguradoras				
	Rating	Local	Admitida	Eventual	Totais
	AA / AA-	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
1.....	A+ / A-/B++	3.304	2.263	270	5.837
2.....	B+ / A / A-	-	596	22	618
3.....	A++ / A	-	-	40	40
Totais	3.304	2.859	332	6.495	

4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações de indicadores do mercado financeiro, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê Financeiro para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado, como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexadores dos papéis. Além disso, o Comitê Financeiro estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que existe investimento em Letras Financeiras (LF) pré-fixada, sendo diretamente impactado pela taxa de juros e os demais investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), e Debêntures presentes na carteira da Seguradora são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	31/12/2020			
	Premissas	Contábil	Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4,5 p.p na taxa	255.471	(50.310)	205.161
	Aumento de 4,5 p.p na taxa	518.827	(103.081)	415.746
Inflação		1.379.892	-	1.379.892
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados		182.111	-	182.111
Outros		73.651	(770)	72.881
Totais		2.409.952	(154.161)	2.255.791

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro.

A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente de acordo com a análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. Caso houvesse esse risco na Seguradora, o controle seria exercido mensalmente mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou, se sim, em condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras. O fluxo de caixa da companhia é monitorado mensalmente pelas áreas de riscos, asset management e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado. Periodicamente, é feita a projeção do fluxo de caixa e apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites predefinidos, em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2020				Total
	a vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa.....	14.792	-	-	-	14.792
Aplicações financeiras	-	528.190	684.121	1.197.641	2.409.952
Outras aplicações financeiras	95	-	-	-	95
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	61.921	1.043.588	8	-	- 1.105.516
Prêmios a receber	61.921	1.034.337	2	-	- 1.096.261
Operações com seguradoras	-	2.958	-	-	2.958
Operações com resseguradoras	-	6.291	6	-	6.297
Outros créditos operacionais	-	855	-	-	855
Bens à venda	60.308	-	-	-	60.308
Títulos a receber	-	46.552	50.598	-	97.150
Ativos de resseguros - provisões técnicas	-	2.222	833	835	3.890
Total dos ativos financeiros	76.713	1.621.406	735.560	1.198.476	3.632.155
Provisões técnicas....	-	2.497.671	7.353	193.099	2.698.123
Contas a pagar.....	-	167.623	190	-	167.813
Débitos das operações com seguros e resseguros.....	-	105.995	-	-	105.995
Prêmios a restituir....	-	6.441	-	-	6.441
Operações com seguradoras	-	419	-	-	419
Operações com resseguradoras	-	2.515	-	-	2.515
Corretores de seguros e resseguros	-	78.169	-	-	78.169
Outros débitos operacionais.....	-	18.451	-	-	18.451
Total dos passivos..	-	2.771.289			



Descrição	31/12/2020
Patrimônio líquido	1.215.684
Ajustes contábeis	
(-) Despesas antecipadas	(5.309)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(69)
(-) Ativos intangíveis	(42.765)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	11.566
Patrimônio líquido ajustado (a)	1.179.107
Capital mínimo requerido (b) = maior entre (c) e (d)	586.145
Capital base (c)	15.000
Capital adicional de risco (d)	586.145
Capital adicional de risco de subscrição	539.963
Capital adicional de risco de crédito	22.831
Capital adicional de risco operacional	22.846
Capital adicional de risco de mercado	40.113
Correlação entre os riscos	(39.608)
Suficiência de capital (a - b)	592.962
Índice de solvência	201%

Dentre a composição do PLJ, e os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL, conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016. A Resolução nº 321/2015 dispõe que a Seguradora deve possuir liquidez em relação ao capital de risco (CR), situação em que a supervisionada apresenta um excesso de ativos líquidos em relação às provisões técnicas superior a 20% do CR, sendo obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2020
Total das provisões técnicas a serem cobertas (Nota 13.5)	1.404.601
Total dos ativos vinculados (valor de mercado)	2.409.952
Suficiência em relação a cobertura das provisões técnicas (a)	1.005.351
Liquidez em relação ao CR	
Capital de risco (CR)	586.145
20% do CR (b)	117.229
Suficiência (a-b)	888.122

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e Hierarquia do valor justo

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos. A classificação e composição por categoria de mensuração, indexadores e taxas médias contratadas e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

Títulos	Nível hierárquico	Em até			Valor Contábil	Valor justo	Custo atualizado	Índice de juro contratado a.a. %
		1 ano ou inferior	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos				
Disponíveis para venda		454.540	1.277.338	604.423	2.336.301	96,94%	2.336.301	2.317.042
Letra Financeira	Nível 2	152.385	29.726	-	182.111	7,56%	182.111	182.523
LFT	Nível 1	287.266	928.057	164.569	1.379.892	57,26%	1.379.892	1.384.162
LTN	Nível 1	-	41.941	-	41.941	1,74%	41.941	40.728
NTNB	Nível 1	14.889	277.614	226.324	518.827	21,53%	518.827	499.865
NTNF	Nível 1	-	-	213.530	213.530	8,86%	213.530	209.764
Valor justo por meio de resultado		54.843	18.808	-	73.651	3,06%	73.651	73.651
Letra Financeira	Nível 2	12.509	11.005	-	23.514	0,98%	23.514	23.514
OVER	Nível 1	38.711	-	-	38.711	1,61%	38.711	38.130
LFT	Nível 1	3.658	6.299	-	9.867	0,41%	9.867	9.867
Debenture	Nível 2	-	1.594	-	1.594	0,07%	1.594	1.594
Outros*	(35)	-	-	-	(35)	-	(35)	(35)
Outras aplicações (a)	95	-	-	-	95	-	95	95
Totais		509.478	1.296.146	604.423	2.410.047	100%	2.410.047	2.390.788

(a) O item "Outras aplicações" contempla o montante de R\$ 95 referente à títulos de capitalização registrados no ativo circulante.

Títulos	Nível hierárquico	Em até			Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Índice de juro contratado a.a. %
		1 ano ou inferior	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos				
Disponíveis para venda		-	-	-	15.021	72%	15.021	15.021
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	-	-	15.021	72%	15.021	15.021
Valor justo por meio de resultado		5.931	-	-	5.931	28%	5.931	5.931
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	5.931	-	-	5.931	28%	5.931	5.931
Totais		5.931	-	-	15.021	100%	20.952	20.952

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2020 (a)
Disponíveis para venda	15.021	3.543.281	(1.283.446)	66.668	(5.223)	2.336.301
Valor justo por meio de resultado	5.931	182.245	(124.876)	10.351	-	73.651
Totais	20.952	3.725.526	(1.408.322)	77.019	(5.223)	2.409.952

(a) Na abertura de movimentação de aplicação financeira não estamos considerando o saldo em título de capitalização no montante de R\$ 95.

Categoria	Saldo em 31/12/2018	Aquisição	Alienação	Resultado financeiro	Saldo em 31/12/2019
Disponíveis para venda	-	14.991	-	30	15.021
Valor justo por meio de resultado	-	20.851	(15.015)	95	5.931
Totais	-	35.842	(15.015)	125	20.952

6. PRÊMIOS A RECEBER

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1 Composição dos prêmios a receber

Ramos agrupados	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	1.065.934	(9.811)	1.056.123
Patrimonial	39.278	(1.071)	38.207
Pessoas	543	(3)	540
Responsabilidades	1.083	(12)	1.071
Demais	325	(5)	320
Totais	1.107.163	(10.902)	1.096.261

6.1.1 Prêmios a receber por vencimento

Vencimento	31/12/2020		
	VICENDOS	VENCIDOS	TOTAIS
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	34.137	-	34.137
Entre 1 e 30 dias	231.304	30.717	262.021
Entre 31 e 180 dias	687.512	1.906	689.418
Entre 181 e 365 dias	115.521	359	115.880
Acima de 365 dias	2	5.705	5.707
Redução ao valor recuperável	-	(10.902)	(10.902)
Totais	1.068.476	27.785	1.096.261

6.1.2 Movimentação dos prêmios a receber

Prêmios pendentes no início do exercício	31/12/2020
Prêmios pendentes provenientes da Cisão 31.01.20	976.646
Prêmios emitidos	3.455.732
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	(360)
IOF	8.758
Cancelamentos	(297.218)
Recebimentos	(3.045.007)
Cosseguros aceitos	1.571
Redução ao valor recuperável	(3.861)
Prêmios pendentes no final do exercício	1.096.261

6.1.3 Movimentação da redução do valor recuperável

Saldo no início do exercício	31/12/2020
Saldo provenientes da Cisão 31.01.20	(7.041)
Constituições	(4.268)
Reversões	407
Saldo no final do exercício	(10.902)

6.2 Operações com seguradoras

As operações com congêneres englobam substancialmente parcelas vencidas do a receber de cosseguros aceitos e a recuperação de sinistros e comissões das operações de cosseguro cedido.

Descrição	31/12/2020
Prêmios vencidos de cosseguros aceitos	4.000
Redução ao valor recuperável	(1.042)
Totais	2.958

6.3 Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2020
Recuperação de sinistro	6.495
Outras provisões	2
Redução ao valor recuperável	(200)
Totais	6.297

7. SALVADOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E RESSARCIMENTOS A RECEBER

7.1 Movimentação de direitos de salvados disponíveis para vendas e ressarcimentos estão assim demonstrados:

Ramos agrupados	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Reversão)	Realização	Saldo em 31/12/2020
Automóvel	-	371.993	(306.997)	64.996
Totais	-	371.993	(306.997)	64.996
Salvados a venda (a)	-	368.853	(304.755)	64.098
Ressarcimentos a receber (b)	-	3.140	(2.242)	898

(a) Na rubrica "Outros valores justos" apresentam um montante de R\$ 66.890, onde R\$ 64.098 é referente a salvados a venda e o restante a bloqueio judicial.

(b) O montante referente a ressarcimento compõe o saldo que está registrado na rubrica de títulos e créditos a receber

7.2 A composição dos salvados disponíveis à venda e direitos a ressarcimentos por agrupamentos de negócios está assim demonstrada:

7.2.1 Salvados disponíveis à venda considerando o prazo de permanência na conta

Ramos agrupados	31/12/2020				Totais
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Automóvel	32.356	14.626	9.567	7.549	64.098
Totais	32.356	14.626	9.567	7.549	64.098

7.2.2 Ressarcimentos a receber considerando o prazo para recebimento

Ramos agrupados	31/12/2020				Totais
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Automóvel	379	184	34	301	898
Totais	379	184	34	301	898

7.3 Realização de salvados disponíveis para venda e ressarcimentos

As realizações dos ativos de direitos relacionados a salvados a venda e a ressarcimentos a receber foram elaboradas sob análise da base histórica, considerando o tempo entre o registro de entrada dos salvados e ressarcimentos na Seguradora e a realização dos mesmos, sendo o percentual encontrado neste estudo aplicado sobre os saldos realizados de 31 de dezembro de 2020. O quadro abaixo demonstra as efetivas realizações tendo como principal premissa o tempo de posse do bem:

Prazo para realização	Automóvel	Realizações até 31/12/2020
1 mês	77.115	77.115
2 meses	115.325	115.325
3 meses	38.413	38.413
4 meses	29.147	29.147
5 meses	11.860	11.860
6 meses	7.995	7.995
7 meses	2.953	2.953
8 meses	2.197	2.197
9 meses	4.543	4.543
10 meses	5.653	5.653
11 meses	2.498	2.498
12 meses	4.159	4.159
entre 13 e 18 meses	2.405	2.405
acima de 18 meses	2.734	2.734
Totais	306.997	306.997

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer.

Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período. Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31/12/2020
Automóvel	306.595
Patrimonial	24.412
Pessoas	382
Responsabilidades	781
Totais	332.170

8.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

Saldo no início do exercício	31/12/2020
Saldo proveniente da Cisão	-
Comissões	340.801
Recuperação de comissões	(52.602)
Outras despesas de comercialização	75.342
Custos de aquisição apropriados	(674.780)
Saldo no final do exercício	332.170

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

9.1 A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	Depreciação acumulada 31/12/2019	Ativos Cisão	Depreciação Cisão	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo		Depreciação acumulada 31/12/2020
							residual 31/12/2020	contábil bruto 31/12/2020	
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	-	7.050	(5.713)	3.092	(781)	(763)	2.885	10.142	(7.257)
Equipamentos de Informática - Hardware	-	528	(278)	894	(293)	(166)	685	1.415	(730)
Móveis, Máquinas e Utensílios	-	2.942	(2.655)	661	(241)	(142)	565	3.603	(3.038)
Veículos	-	-	-	1.224	(612)	(130)	382	474	(92)
Totais	-	10.520	(8.646)	5.771	(1.927)	(1.201)	4.517	15.634	(11.117)

9.2 O Intangível é composto pelo desenvolvimento de software interno com vida útil definida e a sua movimentação está assim apresentada:

Saldo no início do exercício	31/12/2020
Adições - Cisão (conforme nota 1.1)	137.951
Adições	8.333
Baixas	(7.134)
Amortização - Cisão (conforme nota 1.1)	(73.033)
Amortizações	(23.352)
Saldo no final do exercício	42.765
Custo	139.149
Amortização	(96.384)

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

Descrição	A Vencer - Dias				Totais
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a		



13.3 A movimentação das provisões técnicas, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Descrição	Saldo em		Consti- tuições	Reversões/ Pagamentos	Atualiza- ções	Saldo em
	31/12/2019	31.01.20				
Provisão de prêmios não ganhos - PPNP	-	1.739.552	224.202	(220.982)	-	1.742.771
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	-	639.172	2.407.070	(2.489.273)	7.399	564.369
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	-	50.483	605.568	(420.991)	-	235.060
PSL - Salvados e ressarcidos	-	(37.980)	(82.200)	85.846	-	(34.334)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	-	31.100	76.188	(82.774)	-	24.514
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	1.099	324.033	(230.324)	-	94.808
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	43.987	388.514	(353.557)	-	78.944
IBNR - Salvados e ressarcidos	-	(4.523)	(22.018)	18.532	-	(8.008)
Totais	-	2.462.890	3.921.355	(3.693.522)	7.399	2.698.123
Circulante						2.497.672
Não circulante						200.452

13.4 A movimentação das provisões técnicas de resseguro, registrada no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Danos e Pessoas	Saldo em		Consti- tuições	Reversões/ Pagamentos	Atualiza- ções	Saldo em
	31/12/2019	31.01.20				
Provisão de prêmios não ganhos - PPNP	-	2.662	3.097	(2.946)	-	2.813
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	-	1.044	3.024	(2.993)	(28)	1.047
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	-	671	1.267	(1.938)	-	-
Provisão de despesas relacionadas - PDR	-	24	172	(166)	-	30
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	531	2.770	(3.301)	-	-
Totais	-	4.932	10.330	(11.344)	(28)	3.890
Circulante						2.222
Não circulante						1.668

13.5 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - seguros

A cobertura das provisões técnicas por ativos vinculados é apresentada pelo seu valor de mercado abaixo demonstrada:

Descrição	31/12/2020
Provisões técnicas	2.698.123
Deduções:	
Resseguros	(1.077)
Direitos creditórios	(993.401)
Custo de aquisição diferidos	(272.023)
Depósito judiciais	(27.021)
Totais a serem cobertos	1.404.601
Ativos Vinculados	
Quotas de fundos de investimentos	73.651
Títulos de renda fixa - públicos	2.336.301
Totais	2.409.952
Suficiência	1.005.351

A suficiência do índice de liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) está representada na nota 4.6.1 PLA - Patrimônio líquido ajustado e Capital mínimo requerido

13.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados, considerando despesas relacionadas, porém não contempla valores de retrocessão, salvados e ressarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos

	PERÍODO DE AVISO DO SINISTRO										Total
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	
No ano do aviso	1.439.239	1.423.796	1.540.700	1.747.205	1.966.544	2.256.285	2.069.500	2.049.367	2.125.302	1.851.131	
Um ano após o aviso	1.526.320	1.480.373	1.600.758	1.816.778	2.025.844	2.303.133	2.109.142	2.114.022	2.170.831	-	
Dois anos após o aviso	1.536.312	1.481.536	1.611.711	1.825.839	2.037.392	2.310.628	2.122.406	2.111.666	-	-	
Três anos após o aviso	1.534.469	1.491.539	1.616.810	1.836.374	2.040.337	2.322.067	2.119.736	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	1.543.158	1.498.020	1.623.700	1.838.109	2.046.222	2.320.545	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	1.550.592	1.503.660	1.625.079	1.841.213	2.045.863	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	1.555.244	1.512.011	1.629.144	1.840.598	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	1.563.141	1.516.426	1.626.725	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	1.565.072	1.519.235	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.568.724	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Incorridos	1.551.724	1.519.235	1.626.725	1.840.598	2.045.863	2.320.545	2.119.736	2.111.666	2.170.831	1.851.131	19.175.054
(-) Pagados	(1.551.765)	(1.499.657)	(1.610.361)	(1.823.297)	(2.029.050)	(2.294.543)	(2.097.271)	(2.088.565)	(2.147.537)	(1.830.007)	(18.672.053)
Anterior a 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.881
Total da PSL	16.959	19.578	16.364	17.301	16.813	26.002	22.465	23.101	23.294	321.124	588.883

Os sinistro a liquidar de resseguro anterior ao ano de 2011 monta R\$ 1.077.

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

14. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS E OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza civil e trabalhista.

Depósitos judiciais e fiscais	Saldo em		Provisões judiciais		Saldo em	Saldo em		Atualização monetária	Saldo em
	31/12/2019	31.01.20	31/12/2020	31/12/2020		31/12/2019	31.01.20		
Multas	-	-	-	-	-	-	-	35	807
Cíveis	-	61.114	7.450	(22.321)	49.718	-	459	368	12.517
Trabalhista	-	-	2	-	2	-	-	228	-
Totais	-	61.114	7.452	(22.321)	49.720	-	14.975	8.352	13.358

(a) Na rubrica "Provisões judiciais" no circulante apresenta o montante de R\$8.229, no qual contempla os valores de "debito diversos" no montante de R\$ 5.603.

Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. Em 31/12/2020, o valor total em discussão dos processos judiciais cíveis e trabalhistas especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de, respectivamente, R\$ 67 (R\$ 0 em 31/12/2019) e R\$ 0 (R\$ 0 mil em 31/12/2019). As principais ações em curso estão descritas abaixo:

14.1 Ações tributárias
Trata-se de ações judiciais em que a Seguradora contesta a constitucionalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições ou responde a cobranças judiciais ou administrativas instauradas por supostos inadimplimentos na esfera tributária e/ou aplicação de penalidades acessórias. A classificação de perda é elaborada caso a caso, com o auxílio de consultores externos, de acordo com critérios associados, relacionados, principalmente, à fase processual e ao possível resultado do processo, levando-se em consideração a jurisprudência predominante e o objeto dos pedidos.

14.2 Ações trabalhistas
Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados.

14.3 Ações cíveis - não relacionados ao produto seguros
Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisionais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação.

14.4 Sinistros judiciais
Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	31/12/2020
Total de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	95.739
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	97.406
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	16.963
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	11.744
Em 31/12/2020, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$ 2.221 (R\$ 0 em 31/12/2019), com resseguro de R\$ 0 mil (R\$ 0 em 31/12/2019), que representa um valor residual de R\$ 2.221 (R\$ 0 em 31/12/2019).	

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.060.778.409 (1.600 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

No dia 13 de julho de 2020 foi deliberada através da assembleia geral extraordinária administrativa o aumento de capital da Companhia de R\$ 707.817 mil para R\$ 1.153.520 mil sendo o referido aumento de R\$ 445.702 mil mediante a emissão de 356.191.411 (trezentas e cinquenta e seis milhões, cento e noventa e uma mil, quatrocentas e onze) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, subscritas ao preço unitário de R\$ 1,2513009488. O referido aumento de capital foi homologado pelo órgão regulador no dia 21 de dezembro de 2020.

15.2 Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultada a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

15.3 Reserva estatutária de retenção de lucros

Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários.

15.4 Reservas de reavaliação

Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

15.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de

2020 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 3.492.

15.6 Dividendos

Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

16. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

16.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento Brutos de resseguros cedidos

Ramos agrupados	31/12/2020	Índice de sinistralidade (%)	31/12/2020	Índice de comissionamento (%)	31/12/2020
Automóvel	2.958.976	63%	21%		
Patrimonial	149.427	55%	33%		
Pessoais	2.420	88%	28%		
Responsabilidades	4.940	13%	29%		
Demais	1.1642	-26%	11%		
Totais	3.117.405	63%	22%		

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2020	31/12/2019
17.1 Prêmios emitidos líquidos	3.120.624	3.120.624
Prêmios diretos	3.083.506	3.083.506
Prêmios de cosseguros aceitos	37.478	37.478
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(360)	(360)
17.2 Sinistros ocorridos	(1.962.171)	(1.962.171)
Sinistros - Diretos e cosseguros aceitos	(2.205.068)	(2.205.068)
Salvados e ressarcimentos	307.286	307.286
Variação da provisão de IBNR	(60.134)	(60.134)
Serviços de assistência	(4.255)	(4.255)
17.3 Custo de aquisição	(671.375)	(671.375)
Comissões	(591.235)	(591.235)
Comissões - riscos vigentes e não emitidos	325	325
Despesa com inspeção de risco	(9.705)	(9.705)
Outras despesas de comercialização	(82.670)	(82.670)
Variação das despesas de comercialização diferidas	11.910	11.910
17.4 Outras receitas / (despesas) operacionais	(73.243)	(73.243)
Consultas e prevenção de riscos	(42.313)	(42.313)
Cobrança, apólices e contratos	(14.889)	(14.889)
Ações judiciais cíveis	(7.046)	(7.046)
(Constituição)/Reversão ao valor recuperável-prêmios	(6.293)	(6.293)
Ações judiciais INSS	(4.024)	(4.024)
Resultados operacionais de seguros	734	734
Reversão ao valor recuperável-resseguros e cosseguros cedidos	17	17
Outras receitas	570	570
17.5 Resultados com resseguro	3.086	3.086
Prêmios	(3.798)	(3.798)
Comissões sobre os prêmios	63	63
Recuperação de indenização	7.226	7.226
Salvados e ressarcimentos	(81)	(81)
Variação da provisão de IBNR	(671)	(671)
Variação das provisões técnicas	152	152
Outros resultados de operações com resseguro	195	195
17.6 Despesas administrativas	(390.472)	(390.472)
Pessoal	(210.012)	(210.012)
Localização e funcionamento	(45.187)	(45.187)
Publicidade e propaganda	(12.821)	(12.821)
Serviços de terceiros	(120.871)	(120.871)
Outras	(1.581)	(1.581)
17.7 Despesas com tributos	(59.290)	(59.290)
PIS e COFINS	(55.732)	(55.732)
Taxa de fiscalização - reguladora	(1.074)	(1.074)
Impostos municipais	(640)	(640)
Demais tributos	(1.844)	(1.844)
17.8 Resultado Financeiro	98.413	125
Receitas financeiras	147.147	125
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	31.547	95
Ativos financeiros disponíveis para venda	72.462	30
Operações de seguros e resseguros	24.360	-
Atualização monetária provisões técnicas-direto	7.399	-
Atualização monetária depósitos judiciais - ações fiscais	3.475	-
Outras	7.904	-

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras	(48.734)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5.795)	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(21.196)	-
Operações de seguros e resseguros	(20.639)	-
Tarifas financeiras	(347)	-
Outras	(357)	-
17.9 Resultado patrimonial	6.849	6.849
Outros investimentos	6.849	6.849
17.10 Ganhos e perdas com ativos não correntes	(5.947)	

Sobre produtos, a seguradora tem a percepção de que alguns terão seus desempenhos recuperados e outros se destacarão no pós-pandemia, com a expectativa de uma retomada da economia e a volta das atividades dentro do 'novo normal'. Levando em consideração as perspectivas menos conservadoras da indústria automotiva - com expectativa de retomada gradual em vendas; a movimentação do mercado realizada pela Allianz - com 3 milhões de veículos segurados; e o fator sanitário - que tem levado as pessoas a privilegiarem o transporte individual; o seguro Auto pode ter um impacto positivo em 2021. A adoção em massa do home office fez com que o Residencial ganhasse fôlego, incentivando pela proteção dos equipamentos e maior uso da infraestrutura dos lares, apoiado às coberturas e assistências presentes num seguro. Um movimento econômico, que deve voltar a aparecer são as privatizações e concessões, indicando um crescimento no seguro de Grandes Riscos e seguro de Engenharia. O isolamento social e os hábitos de consumo apoiados em tecnologias fizeram crescer o comércio online, podendo impactar o segmento de Transportes (em diferentes modais). Já o agronegócio se mostrou sólido e recebeu alto investimento do governo, com subvenção recorde, o que impulsiona o crescimento das safras e, consequentemente, uma maior penetração do seguro Rural.

Em relação ao retorno presencial dos colaboradores aos escritórios, ainda não há um prazo definido. Isso será decidido de acordo com as taxas de contágio no país, quando houver um nível seguro para a volta. E, certamente, a Allianz adotará um modelo híbrido, dividindo a jornada do colaborador entre parte no escritório e, parte à distância.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

21.1 Adoção inicial - CPC 06 (R2) Arrendamentos

Aprovado pela SUSEP em 2020 para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2021 o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário

o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Na transição a Seguradora reavaliará todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso dos ativos conforme definição para identificar o referido CPC.

Os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato.

A Seguradora optará por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos a serem reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de alugueis referentes à contrato de Frota.

O impacto da adoção inicial está sendo calculado pela Seguradora como Ativo de Direitos de Uso no montante de R\$ 2.279 e Passivos de arrendamento de R\$ 2.279.

21.2 Medida Provisória nº 1034/2021

Dentre as diferentes determinações contidas na referida MP, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Até 30 de junho de 2021 a alíquota utilizada pelo mercado segurador será de 15%. A partir de 1º de julho de 2021 a alíquota de 20% passará a vigorar, com vigência até 31 de dezembro de 2021.

A Seguradora encontra-se em fase de avaliação dos impactos em suas demonstrações financeiras

22. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis no decorrer de 2021 ou exercício posterior. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das citadas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

• CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de

perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e os novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantêm as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

• CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilização das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entrou em vigor 1º de janeiro de 2019 e adotado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a partir de 1º de janeiro de 2021. (Nota 21)

• CPC 50 - Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O CPC 50 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

• O Manual de Contabilidade do Mercado de Seguros emitido pela SUSEP e vigente em 01/01/2020 prevê modificação na forma de reconhecimento do Prêmio de reintegração que passa do momento da liquidação da recuperação do sinistro ressegurado por parte do ressegurador em favor à cedente para momento do aviso do sinistro ressegurado. Esta regra entrará em vigor em 01/01/2021.

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas acima, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas, exceto ao CPC 06 (R2).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATUÁRIA:

Renata Alves Galvão - Atuária MIBA nº 3131

DIRETORIA

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar - CRC 1SP213784/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria da Allianz Brasil Seguradora S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê

entende que o sistema de controles internos da Allianz Brasil Seguradora S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontou falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como das práticas

contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Brasil Seguradora S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 29 de março de 2021
COMITÊ DE AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Allianz Brasil Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Allianz Brasil Seguradora S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou, serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que

os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Allianz Brasil Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos

de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 29 de março de 2021.



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBJ 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Aos Administradores e Acionistas

Allianz Brasil Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Brasil Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Brasil Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de março de 2020, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, em consonância com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, de emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela auditoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5